
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2022
ESCLARECIMENTO 1

1. Trata-se de pedido de esclarecimento apresentado pela empresa NOVA PROVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.609.260/0001-12, doravante denominada SOLICITANTE, nesse ato representada pela Sra. Gabriela Hevelin.

2. A íntegra do pedido de esclarecimento e da resposta do Pregoeiro está disponível no Portal de Transparência do TRE-RO, no endereço: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2022/pregoes-eletronicos>.

3. Do questionamento e resposta.

3.1. Quesito:

No termo de referência informa o valor zerado para vale transporte considerando que o desconto seria maior que o valor concedido. No entanto, nas localidades onde não há transporte coletivo o valor deverá ser zerado ou deverá constar o valor de 112,00 conforme CCT? Se for considerar o benefício de 112,00 reais se faz necessário informar para quais localidades para que possamos apresentar planilhas separadas.

3.2. Manifestação da unidade-demandante:

A CCT/2022 prevê em sua cláusula décima sexta o pagamento de vale transporte aos optantes do benefício, nos dias efetivamente trabalhados e com desconto de 6% sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Nos parágrafos sétimo e oitavo da aludida cláusula, a CCT/2022 diz o seguinte:

"(...)

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nas cidades ou locais, onde os trabalhadores para comparecerem ao local de trabalho, utilizem transportes alternativos próprios ou de outrem, como bicicletas, motos, veículos, moto-taxi, vans, ônibus de linha e similares, fica estabelecido um valor que deverá ser pago no contracheque/holerite, a título de: Reembolso com despesas mensais de transporte no valor de **até R\$ 112,00** (CENTO E DOZE REAIS). A partir de janeiro de 2022, fica vedada a possibilidade de desconto de 6,00%, visto se tratar de reembolso com despesas de transporte em cidades que **não possuem transporte público**.

PARÁGRAFO OITAVO: Ajusta-se que esta condição é específica para situações onde o Transporte Coletivo Urbano não existe ou não atende à rota do trabalhador e ainda, quando a residência do trabalhador for acima de 1 KM (um quilometro) do local de trabalho, a ser comprovado via conta de energia, telefone ou água."

O custo com vale-transporte foi zerado na planilha de custos dos postos de auxiliar administrativo em virtude do desconto de 6% previsto na forma da lei ser superior ao valor concedido pelo benefício. O valor de R\$ 112,00 (cento e doze reais) referente ao reembolso com despesas de transporte também foi zerado, com base no **princípio da isonomia salarial**. Trata-se de um preceito que garante aos trabalhadores que exercem a mesma função

trabalhista dentro de uma empresa o direito de receber a mesma remuneração, protegendo-os de injustiças ligadas a distinções salariais e impedindo o pagamento de valores distintos entre funcionários que exercem o mesmo posto de trabalho, como é o caso dos postos de auxiliar administrativo que atuarão na capital (não fazem jus ao reembolso, em virtude de possuir transporte público na cidade) e no interior do estado (fariam jus ao benefício os funcionários que: residam em localidade onde não possui rede de ônibus; ou quando não atende a rota do trabalhador; ou àqueles que moram a mais de 1 km do local da prestação do serviço). O referido princípio encontra-se expresso no art. 461 da CLT, que segue transcrito abaixo:

"Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade." (texto alterado pela Lei n. 13.467/2017).

A igualdade acima explanada coaduna-se com o disposto no art. 7, inciso XXX da Constituição Federal, que diz:

"São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...)

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil."

Isto posto, considerando que o objeto do Edital nº 19/2022 prevê a contratação de apoio administrativo com lotação na capital e no interior do estado, e que os postos de auxiliar administrativo distribuídos nas zonas eleitorais desempenharão a mesma função, durante o mesmo período contratual, corresponderão ao mesmo CBO e serão vinculados à mesma empresa, **entende-se que a justificativa de zerar o custo com vale-transporte produz a isonomia salarial esperada pela CLT**, já que não será possível observar a condição específica prevista no PARÁGRAFO OITAVO da CCT/2022 - pois não poderemos saber antecipadamente onde moram os colaboradores que prestarão os serviços no interior do estado - e vinculará os postos de auxiliares administrativos ao recebimento do mesmo valor de remuneração. Portanto, o valor do vale transporte/auxílio transporte deve permanecer zerado para os postos de auxiliar administrativo, lotados tanto na capital quanto no interior do estado.

3.3. Resposta Pregoeiro:

Trata-se de questão técnica sobre regra contida no Anexo XII – Termo de Referência do edital, que foi amplamente analisada de pela unidade técnica-demandante. Assim, acolho a manifestação da unidade técnica-demandante e a adoto integralmente como fundamento para a resposta ao quesito.

4. Esclarecida a questão e considerando que o esclarecimento não altera as cláusulas do Edital, será mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. Este esclarecimento será respondido por e-mail à solicitante e disponibilizado nos sítios eletrônicos do COMPRASNET e do TRE-RO, além de juntado aos autos do proc. administrativo respectivo.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

Porto Velho, 30 de julho de 2022

HERMENSON PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro